

O neoliberalismo e suas influências sobre a Educação Brasileira

Neoliberalism and its influence on Brazilian education

Keila Paula Monteiro Rezende
Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-Goiás)
Goiânia-Brasil
Fernanda Welter Adams
Universidade Federal da Bahia (UFBA)
Salvador-Brasil

Resumo

A Educação é um direito que visa a formação integral, mas na atual conjuntura em que reformas desenvolvidas a partir da ótica do neoliberalismo são implementadas, o que se observa é o esvaziamento do conhecimento e a formação do trabalhador flexível. À vista do exposto, objetiva-se discutir as nuances do neoliberalismo na Educação Brasileira. O texto apresenta uma perspectiva teórica, fundamentando-se nos autores Anderson (1995), Frigotto (1999), Nascimento, Silva e Algelbaile (2002), Chauí (2014), entre outros. O neoliberalismo é uma proposta política que visa avanços econômicos mediante a implementação de ações educativas voltadas para atender às necessidades do mercado. A implementação de políticas neoliberais na Educação contribui para reforçar a hegemonia da sociedade e aumentar a desigualdade. No intuito de superar essa ideologia, medidas de resistência devem ser tomadas levando a sociedade a compreender a realidade.

Palavras-chave: Neoliberalismo; Reformas educacionais; formação cidadã.

Abstract

Education is a right that aims to provide comprehensive training, but in the current situation where reforms developed from the perspective of neoliberalism are implemented, what is observed is the emptying of knowledge and the training of the flexible worker. In view of the above, the aim is to discuss the nuances of neoliberalism in Brazilian education. The text presents a theoretical perspective, based on the authors Anderson (1995), Frigotto (1999), Nascimento, Silva e Algelbaile (2002), Chauí (2014). Neoliberalism is a political proposal aimed at economic advances through the implementation of educational actions geared towards meeting the needs of the market. The implementation of neoliberal policies in education contributes to reinforcing society's hegemony and increasing inequality. In order to overcome this ideology, resistance measures must be taken to make society understand reality.

Keywords: Neoliberalism; Educational reforms; Citizen education.

1 Introdução

A escola pública, laica, gratuita, obrigatória e com qualidade socialmente referenciada é direito todos, como aponta o art. 208 da Constituição Federal de 1988 (Brasil, 1988), seguido pelo art. 5º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9394/96 (Brasil, 1996), que são legislações que dispõem expressamente sobre o dever do Estado em garantir o acesso universal ao ensino obrigatório e gratuito à Educação Básica dos 4 aos 17 anos (Vieira, 2022), assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria, a exemplo da Educação de Jovens e Adultos (EJA), ou ainda para os estudantes do campo, quilombolas, indígenas e com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e/ou superdotação (Adams, 2022).

Nessa conjuntura, a Educação é uma maneira de democratizar o acesso à cultura e de promover o desenvolvimento de valores democráticos e do senso de responsabilidade com a vida coletiva, além de possibilitar o acesso ao conhecimento científico, essencial para o processo de formação democrática e crítica dos cidadãos. Mas, o que se observa na atualidade é o completo esvaziamento dessas possibilidades devido às reformas educacionais desde a Educação Básica, por meio da implementação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) e do Novo Ensino Médio (Brasil, 2017), até o Ensino Superior, com a implementação da Base Nacional Comum para Formação de Professores da Educação Básica (Brasil, 2019) e da Resolução CNE/CP n.º 4/2024, que determina as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (Brasil, 2024).

Evidencia-se na atualidade, por meio das reformas que a Educação vem sofrendo, que a democratização fica em segundo plano em detrimento de uma organização pautada na manutenção do modo de produção vigente, por meio da implementação de políticas neoliberais. Observa-se que a intencionalidade das políticas públicas neoliberais visa avanços econômicos mediante a implementação de ações educativas que propagam e atingem o sistema educacional, impondo demandas quase sempre incoerentes com o princípio de desenvolvimento e de formação integral de cidadãos conscientes e emancipados (Gramsci, 2002; Freitas, 2018; Messeder Neto, 2022).

A Educação, nesse contexto, apresenta-se como uma mercadoria, corroborando com Laval (2019, p. 17), que discute que a configuração da escola neoliberal pode ser pautada como

um “modelo escolar que considera a educação um bem essencialmente privado, cujo valor é acima de tudo econômico”. Mordente (2023) complementa apontando que a Educação é uma atividade com custo e retorno, uma mercadoria, apresentada como fator de atração de capital, um indicador de competitividade do sistema econômico e social. Portanto, não se preocupa efetivamente com o processo de ensino e aprendizagem, mas com introduzir na escola perspectivas que possibilitam formar sujeitos flexíveis e dóceis frente às necessidades do mercado.

À vista do exposto, este artigo apresenta como objetivo discutir as nuances do neoliberalismo na Educação Brasileira. O texto apresenta uma perspectiva teórica, fundamentando-se em autores como Anderson (1995), Frigotto (1999; 2011; 2015; 2016), Nascimento, Silva e Algelbaile (2002), Chauí (2014), entre outros. As discussões são organizadas em quatro seções, sendo a primeira a Introdução, que apresenta uma contextualização da temática, a segunda, intitulada “Neoliberalismo e suas bases teóricas”, em que se discute o conceito de neoliberalismo e os seus interesses, em seguida, apresenta-se a influência dessas ideias no contexto educacional, na seção intitulada “A implementação de perspectivas neoliberais na Educação Brasileira”, e, por fim, tem-se as considerações finais.

2 Neoliberalismo e suas bases teóricas

Neoliberalismo é um termo empregado em economia política e do desenvolvimento para descrever o ressurgimento de ideias derivadas do capitalismo que foram implementadas a partir do início dos anos 1970 e 1980 no mundo e se instala fortemente no Brasil a partir da década de 1990 (Anderson, 1995; Frigotto, 1999; Nascimento; Silva; Algelbaile, 2002; Chauí, 2014; Mordente, 2023).

Nascimento, Silva e Algelbaile (2002) apresentam uma breve análise da evolução das políticas sociais no Estado brasileiro que identifica uma interrupção em seu estabelecimento e consolidação a partir dos ajustes estruturais que tiveram início na década de 1990. As reformas políticas e econômicas de caráter neoliberal foram implementadas com mais vigor neste período, quando tiveram um impacto significativo no desenvolvimento das políticas sociais. Saad Filho e Moraes (2018, p. 96) definem o neoliberalismo como:

Mais que uma ideologia ou um conjunto claramente definido de políticas tais como privatização, liberalização financeira e das importações ou ataque coordenado ao Estado de bem-estar social. Concebe-se o neoliberalismo, aqui, como o sistema de acumulação dominante (ou seja, o estágio atual, a etapa ou o modo de existência do capitalismo contemporâneo).

O conceito de neoliberalismo transcende a mera aplicação de políticas econômicas específicas como privatizações e liberalizações financeiras. Ele se manifesta como o próprio sistema de acumulação predominante no capitalismo contemporâneo, caracterizando-se não apenas pela reestruturação econômica, mas também pela transformação das relações sociais e políticas. Nesse contexto, o neoliberalismo não é apenas uma ideologia ou um conjunto estático de políticas, ele representa uma fase evolutiva do capitalismo, na qual a ênfase na maximização do lucro, a flexibilização do mercado de trabalho e a diminuição do papel regulador do Estado configuram as bases estruturais. Essa concepção vai além das fronteiras nacionais, influenciando a globalização econômica e cultural, moldando profundamente as dinâmicas sociais e econômicas ao redor do mundo (Anderson, 1995).

Mordente (2023, p. 22) demarca quatro elementos essenciais para efetivação do neoliberalismo:

(a) financeirização como princípio orientador da produção, da ideologia e do Estado, avaliada através de critérios como eficiência, produtividade, competição e flexibilidade; (b) globalização da produção; (c) a prevalência do capital estrangeiro nas relações nacionais; (d) e a implementação de políticas macroeconômicas voltadas para o ajuste das taxas de juros.

Observa-se por meio dos elementos apresentados que o neoliberalismo busca a acumulação do capital através da exploração do trabalhador, para tanto precisa gerir os setores de direito desses sujeitos, tais como a saúde e a Educação, foco de estudo deste artigo. Nesse contexto, Cardoso e Lôbo (2023) apontam que o sistema neoliberal constrói suas lógicas e ideias diante das transformações ocorridas na sociedade.

No campo da Educação não é diferente, justifica-se com uma diversidade de argumentações de ordem social, as quais se relacionam com as instituições escolares. Essas, por sua vez, justificam sua ordem e convencem os sujeitos envolvidos no processo a aderirem gradual e continuamente ao regime mercadológico. Sobre essa situação, Laval (2019, p. 17) expõe que “a escola neoliberal é a designação de certo modelo escolar que considera a educação um bem essencialmente privado, cujo valor é acima de tudo econômico”.

Mordente (2023, p.23), em sua pesquisa sobre o neoliberalismo aplicado à Educação, destaca que os principais resultados deste viés político são:

Desigualdade econômica e social; concentração de riqueza; ajuste fiscal das contas públicas e política de expropriação da soberania popular; precarização de condições de trabalho e aumento da exploração; diminuição dos direitos dos trabalhadores; fragmentação social; privatização de bens e serviços públicos; intervenção de

grandes corporações sobre políticas governamentais; instabilidade e crises financeiras e econômicas; dentre outros aspectos. Assim, partimos do neoliberalismo como um momento da história dos processos do capital, com ênfase em uma perspectiva globalizada e na produção de uma nova sociabilidade, isto é, na produção de indivíduos “empreendedores de si”.

A partir das reflexões da autora fica evidente que para a maioria da população, que precisa oferecer sua força de trabalho para garantir a sua sobrevivência, o neoliberalismo não possui vantagens visto que seus direitos são reduzidos e ocorre a privatização dos bens públicos, entre outras situações que colocam o trabalhador e toda a população à mercê das necessidades do capital.

Segundo Anderson (1995) e Fonseca (2019), um traço distintivo do neoliberalismo é sua habilidade de promover, em diversas sociedades, a hegemonia da lógica de mercado como principal referência para a gestão das mais variadas dimensões da vida social. Esse sistema normativo estende sua influência desde os níveis mais altos da administração federal até a gestão cotidiana de pequenas prefeituras; ele determina decisões em grandes corporações e interfere na operação de microempresas, impactando tanto a coexistência pacífica entre povos quanto os laços comunitários de sociabilidade.

A resiliência do neoliberalismo reside, de fato, em sua capacidade de transcender o âmbito mercantil e financeiro propriamente dito, promovendo a financeirização e a mercantilização da própria existência. Este é seu aspecto mais preocupante: sua capacidade de impor uma subjetividade contábil que fragmenta a sociedade ao intensificar a competição entre os indivíduos (Anderson, 1995; Frigotto, 1999; Nascimento; Silva; Algelbaile, 2002; Chauí, 2014; Dardot; Laval, 2016). Dessa forma, é possível ver sua presença nos diferentes setores econômicos e na escola, da Educação Infantil ao Ensino Superior.

Portanto, as discussões apontadas demonstram que o neoliberalismo tem fortes influências sobre a Educação e sobre as reformas que vão acontecer no país nessa área, pois o mesmo investe fortemente nesse setor, bem como na cultura, que passa a ser reduzida a um mero entretenimento, sem promover a formação crítica dos sujeitos (Anderson, 1995; Frigotto, 1999; Nascimento; Silva; Algelbaile, 2002; Chauí, 2014). De acordo com Betto (2020, p.120), “o neoliberalismo defende a supremacia do mercado e a redução do Estado a mero operador de interesses corporativos e privados”, sendo essas ideias implementadas na Educação, como será amplamente discutido na próxima seção.

3 A implementação de perspectivas neoliberais na Educação Brasileira

A Educação se apresenta como uma das possibilidades de os sujeitos, principalmente da classe trabalhadora, terem acesso aos conhecimentos científicos e a partir deles compreenderem a sua realidade. Mas, o que se observa é a que esse acesso não se efetiva mediante a proposta neoliberal para a Educação, visto que a mesma não apenas “contribui” para a economia, fornecendo um insumo para a produção, a Educação se tornou “um fator cujas condições de produção devem se submeter plenamente à lógica econômica” (Laval, 2019, p. 30). Portanto, a Educação é um amplo campo de interesse do capital (Anderson, 1995; Frigotto, 1999; Nascimento; Silva; Algelbaile, 2002; Chauí, 2014).

Nesse contexto, é relevante destacar as influências internacionais na organização da Educação brasileira, marcadas pelas políticas neoliberais na formulação da legislação educacional e na configuração do sistema educativo brasileiro na totalidade. Anderson (1995) e Fonseca (1998) e Lopes (2007) indicam que houve uma forte influência econômica e ideológica exercida pelo Banco Mundial (BM), pelo Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Esses organismos promoveram intensamente a ideia da Educação como crucial para o novo modelo de desenvolvimento neoliberal, enfatizando a redução da participação estatal. Embora essas ideias e influências não estejam explicitamente prescritas na LDB, fica claro que, conforme as diretrizes do neoliberalismo e desses organismos financeiros, havia uma pressão para reformar as políticas educacionais visando garantir que os investimentos em educação resultassem em retornos produtivos (Adams; Moradillo, 2023).

Juntamente com a promulgação da LDB, foram estabelecidos mecanismos de financiamento da Educação, incluindo avaliações como um indicador de qualidade educacional, o que abriu caminho para um aumento significativo das avaliações externas. Nesse momento, é relevante apontar que se observa que a qualidade da Educação vai para além de resultados de indicadores, como o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), ela envolve diferentes valores qualitativos, como estrutura e formação de professores.

Aprofundando a discussão, Libâneo (2008) aponta que a qualidade da Educação está relacionada aos seguintes aspectos: sólida formação básica capaz de desenvolver habilidades cognitivas, operativas e sociais por meio de conteúdos escolares; propiciar a preparação para o mundo tecnológico e comunicacional e integrar a cultura provida pela ciência, técnica,

linguagem, estética e ética; formação para a cidadania, possibilitando preparar os sujeitos para participarem de organizações e movimentos populares; elevação do nível escolar para todos; e integração entre a cultura escolar e outras culturas, rumo a uma educação intercultural e comunitária.

O autor também aponta: formação de qualidades morais, traços de caráter, atitude, convicções, com base em ideais humanistas; condições físicas, materiais e financeiras de funcionamento, condição de trabalho, remuneração digna e formação continuada do profissional docente; e incorporação das novas tecnologias de informação e comunicação no cotidiano escolar (Libâneo, 2008). Observa-se, pelos dizeres do autor, que a qualidade se articula com a infraestrutura, o currículo, o material didático, a valorização e a formação dos professores.

As avaliações amplamente difundidas na Educação brasileira também têm servido de base para as reformas curriculares que são implementadas no sistema educacional nacional. De acordo com Oliveira (1997), um marco importante foi a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef), estabelecido pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996, e regulamentado pela Lei nº 9.424, de 1996, e pelo Decreto nº 2.264, de 1997. O Fundef, implementado nacionalmente em 1998, introduziu uma nova forma de redistribuição dos recursos destinados ao Ensino Fundamental, evoluindo posteriormente para o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) em 2007 (Brasil, 2007). Em 2019, o Fundeb distribuiu aproximadamente R\$ 156,3 bilhões para a rede pública, destinados ao pagamento de professores, infraestrutura e material didático (Adams; Moradillo, 2023).

A criação desse Fundo representou avanços significativos para a educação, incluindo a implementação efetiva do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), que envolve a distribuição de obras didáticas, pedagógicas e literárias, além de outros materiais de apoio à prática educativa nas escolas públicas de Educação Básica do país. Embora tenha garantido o acesso dos estudantes a materiais educativos essenciais, também abriu espaço para o mercado editorial, como evidenciado pelos investimentos substanciais, sendo que cerca de R\$ 1,9 bilhão em 2021 foram destinados a livros e material didático por meio do PNLD. Portanto, pode-se observar a política neoliberal passando pela organização da escola, pela atuação dos professores e pela elaboração de materiais didáticos.

Anderson (1995) e Mordente (2023) também apontam que essa onda neoliberal de interferência de mecanismos internacionais nas políticas educacionais vem acompanhada de interferências nacionais com representantes locais, como o Movimento Todos pela Educação e demais empresas, fundações, ONGs e institutos privados aliados, sendo o exemplo mais atual a proposta da BNCC para a organização curricular da Educação Básica em todos os níveis e modalidades de ensino.

A BNCC apresenta sua organização a partir de competências e habilidades que o trabalhador deve “possuir” a fim de se apresentar como capaz e produtivo (Frigotto, 2011). Como não há lugar para todos, destacam-se os de melhor “mérito”. A busca e a ocupação de postos de trabalho se tornam responsabilidades do próprio trabalhador, proporcionais ao seu “esforço” e empenho na formação (Frigotto, 2015). Produz-se o imaginário de que o caminho para a realização pessoal é aquele traçado pelos ricos (considerados vencedores), horizontes supostamente disponíveis para qualquer um que trabalhe com dedicação, independentemente de questões culturais, sociais, políticas, étnicas, etc. (Fisher, 2020).

Dentre as competências presentes no documento se destacam as socioemocionais, exemplo claro do neoliberalismo, que se voltam para a forma como os sujeitos se relacionam, sendo que o seu desenvolvimento na escola contribuiria para que essa competência cumprisse diversas finalidades, dentre as quais a redução de gastos públicos, da pobreza, da desigualdade social e a eliminação de várias formas de violência (Silva, 2022).

Messeder-Neto (2022) aponta que um olhar crítico para as competências socioemocionais, que visam uma gestão das emoções dos estudantes a partir de uma crise estrutural do sistema capitalista, mostra que não passam de um mecanismo mais sofisticado para controlar a classe trabalhadora, mitigando qualquer sentimento de raiva e revolta, clamando pela resiliência, adaptação e aceitação da realidade, e ainda proporcionando a essa classe uma escolarização pautada no ideário da meritocracia, em que o indivíduo passa a ser culpado pelo seu fracasso, reforçando ainda que o modo de produção recebe profissionais dóceis, ajustados e que aceitam as condições de exploração sem as questionar.

Olhar para o histórico de formulação da BNCC é também olhar para o pano de fundo da organização desse currículo, qual seja, a interferência do mercado e das políticas neoliberais na busca pela garantia da qualidade na Educação voltada para os seus interesses, assim como compreender a atual crise estrutural do capital, que cada vez mais impulsiona a

retirada dos parques direitos sociais, a exemplo da Educação e da saúde, submetendo-os à lógica do mercado (Adams; Siqueira; Moradillo, 2022).

Corroborando, Rocha (2016) afirma que as reformas vivenciadas na Educação brasileira são propostas sob a égide dos interesses econômicos e das políticas neoliberais. Dessa forma, as políticas educacionais se consolidam na perspectiva de adequar os currículos nacionais aos requisitos estabelecidos pela economia. Frigotto (2016) assevera que, de modo geral, os idealizadores das políticas educacionais estão subordinados aos interesses do Banco Mundial, da Organização Mundial do Comércio e de outros organismos multilaterais, como apontando também por Mordente (2023). Dessa forma, seus compromissos não são com o direito universal à Educação Básica, pois a consideram um serviço que tem que se ajustar às demandas do mercado.

Cássio e Goulart (2022), ao fazerem uma análise do processo de implementação do Novo Ensino Médio (NEM) nos estados brasileiros, outra reforma que se mostra em consonância com a perspectiva do neoliberalismo, apontam que nas escolas públicas, sobretudo as dos/as mais pobres, o NEM vai se revelando um Ensino Médio que nem fornece uma formação geral sólida, ao retirar conteúdos e coloca pouco ou nada no lugar, nem forma para o mundo do trabalho ao oferecer um arremedo de “qualificação profissional” muito aquém (em quantidade e qualidade) da Educação Profissional e Tecnológica ofertada nas escolas técnicas estaduais e no sistema federal, cujo acesso continuará restrito a poucos. Ou seja, é uma proposta que em nada contribui para o desenvolvimento dos estudantes.

Mas, não se pode perder de vista que além da Educação Básica o neoliberalismo adentra o Ensino Superior. Segundo Fonseca (2019, p. 228), o impacto desse projeto sobre o Ensino Público Superior, em termos estruturais, pode ser dividido em duas frentes principais:

- 1) proposta de privatização ou de cotutela privada das instituições públicas, já que os custos inerentes a esses espaços são sempre vistos pela perspectiva do “gasto”, e não do investimento;
- 2) diante da impossibilidade de levar a efeito uma daquelas opções, passa-se à sistemática implementação dos modelos de governança empresarial nas universidades, cujo objetivo é transformá-las em um complemento do poder corporativo.

O trecho em questão aponta para uma tendência preocupante na gestão das instituições públicas, especialmente no contexto educacional. A proposta de privatização ou

cotutela privada de instituições públicas muitas vezes é justificada pela visão predominante de que os gastos nessas áreas devem ser minimizados, em vez de vistos como investimentos essenciais para o desenvolvimento social e econômico a longo prazo. Essa mentalidade reducionista ignora os benefícios intangíveis que as instituições públicas oferecem à sociedade, como a promoção da igualdade de oportunidades e a produção de conhecimento independente de interesses comerciais.

Quando a privatização não é uma opção viável, surge a adoção crescente de modelos de governança empresarial nas universidades, visando alinhá-las aos interesses corporativos. Isso representa um desvio do propósito original das universidades públicas, que é servir como centros de excelência acadêmica e de pensamento crítico, independente de pressões comerciais. A transformação das universidades em meros apêndices do poder corporativo pode comprometer sua missão educacional e sua capacidade de contribuir significativamente para o desenvolvimento cultural e científico da sociedade.

Portanto, é essencial questionar essas abordagens que submetem as instituições públicas aos princípios do mercado sem considerar os impactos mais amplos para a Educação e para a sociedade na totalidade. Investir nas instituições públicas não é apenas um imperativo econômico, mas também um compromisso moral e social com a democratização do acesso ao conhecimento e com a preservação da autonomia acadêmica, o que é fundamental para o avanço humano e para a construção de um futuro sustentável e inclusivo.

Chauí (2014, p. 4) também é enfática em apontar as influências do neoliberalismo no Ensino Superior ao se referir às políticas públicas implementadas no Brasil por meio de reformas no Ensino Superior: “a reforma universitária [...] ocorreu em conjunto com a desmontagem do sistema público de ensino para contemplar o lobby dos tubarões das instituições de ensino privado que apoiavam o regime”. Corroborando com as considerações acima, Laval (2019, p. 13) fornece uma trajetória desse movimento neoliberal direcionado à Educação;

O capitalismo escolar e universitário chegou primeiro no Brasil, estão nas mãos dos grandes monopólios (Kroton, Estácio e Anhanguera), cotados em bolsas, fez do país, o único do mundo com essa característica. Pode-se depreender que na contemporaneidade o projeto de sociabilidade burguesa para o Brasil se ampara aos ideais neoliberais e vem se consolidando em práticas econômicas e político-sociais.

Observa-se, assim, a efetivação do Ensino Superior privado, incentivado até mesmo por projetos do governo, como o Fundo de Financiamento Estudantil (Fies), que é uma ação

do Governo Federal destinada a financiar a graduação de estudantes matriculados em cursos presenciais não gratuitos e com avaliação positiva nos processos de avaliação conduzidos pelo Ministério da Educação. O programa financia até 100% do valor dos encargos educacionais cobrados pelas instituições de ensino com adesão ao Fundo, conforme a renda familiar mensal bruta do estudante e o comprometimento dessa renda com o pagamento da mensalidade (Fonseca, 2019). Esse projeto se enreda na proposta neoliberal de privatização e da oferta da Educação como uma mercadoria.

Outros fatores contribuíram para o declínio do Ensino Superior no Brasil, a saber, a redução de investimentos por orientação do BIRD (2011), financiador da educação nos países em desenvolvimento, no marco da Educação para Todos, na década de 1990. Além disso, os cortes nas verbas destinadas à pesquisa e à extensão terminaram por comprometer a qualidade do ensino e a consequente autonomia das instituições. O advento das parcerias com empresas privadas e organizações não-governamentais reforçaram esse declínio (Anderson, 1995; Frigotto, 1999; Nascimento; Silva; Algelbaile, 2002; Torres, 2001; Chauí, 2014,).

Portanto, observa-se o neoliberalismo usando todas as suas “armas” para sucatear a Educação, o que contribui com o discurso de privatização, sendo necessário e urgente que os sujeitos tomem consciência dessa proposta de sociedade onde a classe trabalhadora perde todos os seus direitos.

4 Considerações finais

No decorrer deste artigo, explorou-se as complexidades e os impactos do neoliberalismo na Educação Brasileira, destacando suas manifestações e consequências. Ficou claro que o neoliberalismo não se limita a um conjunto estático de políticas econômicas, mas constitui um sistema de acumulação dominante que redefine as estruturas sociais, econômicas e políticas da Educação no país, apontando a mesma como uma mercadoria. A implementação de medidas como a privatização, as avaliações externas e a ênfase na produtividade econômica transformou profundamente o cenário educacional brasileiro, muitas vezes exacerbando desigualdades e reforçando uma lógica mercadológica que desafia os princípios de equidade e acesso universal à Educação. O que pode ser amplamente observado nas atuais reformas educacionais tanto na Educação Básica quanto no Ensino Superior que visam o esvaziamento do conteúdo científico em detrimento de uma formação pautada em competências e habilidades, voltada para formar um trabalhador que atenda às

necessidades do capital, portanto, que seja flexível e dócil, atendendo às imposições e privatizações impostas.

Ao se analisar as influências internacionais, especialmente as diretrizes de organismos financeiros como o Banco Mundial e o Banco Interamericano de Desenvolvimento, percebe-se como essas instituições moldaram as políticas educacionais no Brasil, promovendo uma visão utilitária da Educação voltada para a formação de capital humano e a competitividade global. Isso, por sua vez, levou à criação de mecanismos de financiamento, como o Fundeb, inicialmente Fundef, e a ampliação das avaliações externas como critério de qualidade educacional, influenciando reformas curriculares e estruturais significativas.

No entanto, é essencial reconhecer que o neoliberalismo na Educação brasileira não é homogêneo nem unidimensional. Enquanto alguns argumentam que as reformas impulsionadas por princípios de mercado incentivam a eficiência e a inovação, outros apontam para os riscos de uma Educação mercantilizada, que pode perpetuar desigualdades e enfraquecer o papel do Estado na garantia de uma Educação pública, inclusiva e de qualidade a todos os cidadãos.

Diante desse panorama, surge a necessidade urgente de um debate crítico e propositivo sobre o papel do Estado na promoção de uma Educação de qualidade, acessível a todos os brasileiros. Isso envolve não apenas revisitar e ajustar políticas educacionais à luz de princípios democráticos e de equidade, mas também fortalecer o investimento público na educação como um direito fundamental e um motor essencial para o desenvolvimento social e econômico sustentável do país. Nesse momento, é preciso que os movimentos em busca de revogação das atuais reformas curriculares e consequentemente do neoliberalismo se fortaleçam e busquem formar cidadãos críticos e capazes de compreender a sua realidade.

Portanto, ao refletir sobre as nuances do neoliberalismo na Educação Brasileira, é imperativo considerar não apenas seus desafios e críticas, mas também explorar alternativas que possam promover uma educação verdadeiramente inclusiva, crítica e emancipatória, capaz de preparar cidadãos para enfrentar os desafios do século XXI com dignidade e oportunidades equitativas.

Referências

ADAMS, Fernaanda Welter. A desvalorização e desprofissionalização docente: o olhar de coordenadores de cursos de licenciatura em Ciências da Natureza. **Revista Cocar**, [S. l.], v.

16, n. 34, 2022. Disponível em: <https://periodicos.uepa.br/index.php/cocar/article/view/5065>. Acesso em: 09 jun. 2024.

ADAMS, Fernanda Welter; MORADILLO, Edilson Fortuna de. As reformas educacionais atuais e suas contradições com a concepção de formação de professor do IQ-UFBA. **Revista de Estudos em Educação e Diversidade - REED**, [S. l.], v. 4, n. 11, p. 1-11, 2023. DOI:

10.22481/reed.v4i11.13968. Disponível em:

<https://periodicos2.uesb.br/index.php/reed/article/view/13968>. Acesso em: 9 jun. 2024.

ADAMS, Fernanda Welter; SIQUEIRA, Rafael Moreira; MORADILLO, Edilson Fortuna de.. de. Base Nacional Comum Curricular na Formação Inicial de Professores de Química: o que pensam os licenciandos. **Olhar de Professor**, [S. l.], v. 25, p. 1–26, 2022. DOI:

10.5212/OlharProfr.v.25.20410.065. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/olhardeprofessor/article/view/20410>. Acesso em: 9 jun. 2024.

ANDERSON, Perry. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, Emir; GENTILI, Pablo (orgs.) **Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995. p. 9-23

BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO (BIRD). **Estratégia 2020 para a Educação Aprendizagem para Todos**. Washington, D.C.: Grupo Banco Mundial, 2011.

BETTO, Frei. **O Diabo na Corte: Leitura Crítica do Brasil Atual**. Editora Cortez, 2020.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. p. 292. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/Constituicao.htm>. Acesso em: 09 jun. 2024

BRASIL. **Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996**. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 22 mar. 2020.

BRASIL. Lei nº 9.424, de 24 de dezembro de 1996. Dispõe sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério, na forma prevista no art. 60, § 7º, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 26 dez. 1996. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1996/lei-9424-24-dezembro-1996-365371-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 09 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - Fundeb, de que trata o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; altera a Lei no 10.195, de 14 de fevereiro de 2001; revoga dispositivos das Leis n. 9.424, de 24 de dezembro de 1996, 10.880, de 9 de junho de 2004, e 10.845, de 5 de março de 2004; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 21 jun. 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/l11494.htm>. Acesso em: 09 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Altera as Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e

de valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 17 fev. 2017. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/Lei/L13415.htm. Acesso em: 09 jun. 2024.

BRASIL. MEC/CNE/CP. Proposta para Base Nacional Comum da Formação de Professores da Educação Básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, 2018. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=105091-bnc-formacao-de-professores-vo&category_slug=dezembro-2018-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 09 jun. 2024

BRASIL. MEC/CNE/CP. Resolução N. 2, de 20 de dezembro de 2019. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). **Diário Oficial da União**, Brasília, 2020a. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=135951-rcp002-19&category_slug=dezembro-2019-pdf&Itemid=30192. Acesso em: 09 jun. 2024.

BRASIL. Resolução CNE/CP N° 4, de 29 de Maio de 2024. Dispõem sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura). **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 29 de maio de 2024. Disponível em: <https://www.semesp.org.br/legislacao/resolucao-cne-cp-no-4-de-29-de-maio-de-2024/>. Acesso em: 09 jun. 2024.

CARDOSO, Janete Cassimiro; LÔBO, Daniella Couto. O Neoliberalismo Na Educação: Uma Abordagem De Controle Ideológico Permissível. **Revista Sapiência: Sociedade, Saberes e Práticas Educacionais**, v.12, n. 2, p. 123-138, 2023. Disponível em: <https://www.revista.ueg.br/index.php/sapiencia/article/view/14353>. Acesso em: 09 jun. 2024.

CÁSSIO, Fernando; GOULART, Débora Cristina. A implementação do Novo Ensino Médio nos estados: das promessas da reforma ao ensino médio nem-nem. **Retratos da Escola**, [S. l.], v. 16, n. 35, p. 285-293, 2022. Disponível em: <https://retratosdaescola.emnuvens.com.br/rde/article/view/1620>. Acesso em: 09 jun. 2024.

CHAUÍ, Marilena. **A ideologia da competência**: Escritos de Marilena Chauí. v. 3. ed. São Paulo: Autêntica, 2014.

DARDOT, Pierre. LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**: ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FISHER, Mark. **Realismo Capitalista**. É mais fácil imaginar o fim do mundo do que o fim do capitalismo? São Paulo: Autonomia Literária, 2020.

FONSECA, Marília. O Banco Mundial como referência para a justiça social no Terceiro Mundo: evidências do caso brasileiro. **Revista da Faculdade de Educação**, São Paulo, v. 24, n. 1, p. 37-69, Jan./Jun., 1998.

FONSECA, André Dioneu. O neoliberalismo no Ensino Superior: “sobrevivendo nas ruínas”. **Revista Educação e Emancipação**, v. 12, n. 3, p.223-245, 2019 Disponível em: <https://periodicoselétronicos.ufma.br/index.php/reducacaoemancipacao/article/view/12410>. Acesso em: 9 jun. 2024.

FREITAS, Luiz Carlos. de. **A reforma empresarial da educação: nova direita, velhas ideias.** São Paulo: Expressão Popular, 2018.

FRIGOTTO, Gaudêncio. **Educação e crise no capitalismo real.** São Paulo: Cortez Editora, 1999.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Novos fetiches mercantis da pseudoteoria do capital humano no contexto do capitalismo tardio. Em: **As políticas públicas para a educação no Brasil contemporâneo.** Juiz de Fora: Editora UFJF, 2011. p. 18-35.

FRIGOTTO, Gaudêncio. A produtividade da escola improdutiva 30 anos depois: regressão social e hegemonia às avessas. **Revista Trabalho Necessário**, v. 13, n. 20, Jun., 2015.

FRIGOTTO, Gaudêncio. Reforma do ensino médio do (des) governo de turno: decreta-se uma escola para os ricos e outra para os pobres. **Movimento - Revista de Educação**, n. 5, p. 329-332, 2016.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere.** Trad. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v.5, 2002.

LAVAL, Christian . **A escola não é uma empresa: o neoliberalismo em ataque ao ensino público.** São Paulo: Ed. Boitempo, 2019.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** 5. ed. revista e ampliada. Goiânia: MF Livros, 2008.

LOPES, Valéria Virgínia. **Cartografia da avaliação educacional no Brasil.** 2007. 396 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

MESSEDER NETO, Hélio da Silva. pedindo um professor pelo Delivery: formação de educadores e o recuo da teoria. In: ZANGALLI Jr, Paulo C.; SILVA, Luiz; Paulo B.; ALVES, Grace. Bungenstab. **Professor S/A o trabalho docente e a formação de professores em tempo de acumulação flexível.** Salvador: EDUFBA, 2022.

MORDENTE, Giuliana Volfzon. **Neoliberalismo Escolar E Processos De Subjetivação: Como A Educação “Inovadora” Opera?** 2023. 255f. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2023.

NASCIMENTO, Alexandre do; SILVA, Andréia Ferreira da; ALGEBAILLE, Maria Emília Bertino. Estado, mercado e trabalho: neoliberalismo e políticas sociais. In: NEVES, Maria Lúcia Wanderley. (org.) **O empresariamento da educação: novos contornos do ensino superior no Brasil dos anos 1990.** São Paulo: Xamã, 2002.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de. **A LDB e o contexto nacional: o papel dos partidos políticos na elaboração dos projetos-1988 a 1996.** 1997.

ROCHA, Nathália Fernandes Egito. **Base Nacional Comum Curricular e micropolítica: analisando os fios condutores.** 2016. 181 f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016

SAAD FILHO, A; MORAIS, L. **Brasil: Neoliberalismo versus Democracia.** São Paulo: Boitempo, 2018.

SILVA, Márcio Magalhães da. Crítica à formação de competências socioemocionais na escola. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, SP, v. 22, p. e022013, 2022. DOI:

10.20396/rho.v22i00.8659871. Disponível em:

<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8659871>. Acesso em: 25 jan. 2024.

TORRES, Rosa María. **Educação para todos: a tarefa por fazer**. Porto Alegre: Artmed, 2001.

VIEIRA, Andrea Mara R. S. O novo Fundeb e o Direito à Educação: avanços, retrocessos e impactos normativos. **Revista Brasileira de Estudos Políticos**, v. 125, Dez., 2022. DOI: <https://doi.org/10.9732/2022.V125.890>.

Sobre as autoras

Keila Paula Monteiro Rezende -

Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação da PUC-Goiás, com pesquisa na área de financiamento da Educação. Mestrado em Gestão Organizacional pela Universidade Federal de Catalão. Possui Graduação em Matemática e Pedagogia, professora da Prefeitura de Caldas Novas e da Rede Estadual de Educação. Instituição: Universidade Federal de Goiás (UFG)/Secretaria estadual de Educação de Goiás E-mail: keilapaulaoab2019@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0009-0002-4344-3509>

Fernanda Welter Adams

Doutoranda do programa de Pós-Graduação em Ensino, Filosofia e História das Ciências da Universidade Federal da Bahia (UFBA). Mestre em Educação. Graduada Licenciatura em Química e Pedagogia. Dedicar-se ao estudo do ensino de Química e Ciências, Formação de Professores de Química e Educação Especial. Instituição: Universidade Federal da Bahia (UFBA) E-mail: adamswfernanda@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4935-5198>

Recebido em: 21/10/2024

Aceito para publicação em: 02/11/2024